DE ACORDO COM O EDITAL Nº 25/2026

apostilas opção

SEMUSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO - RONDÔNIA

ENFERMEIRO ATENÇÃO BÁSICA

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Gerais e Atualidades
- Conhecimentos Específicos

CONTEÚDO DIGITAL

- Legislação Saúde

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

SEMUSA-RO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO - RONDÔNIA

ENFERMEIRO ATENÇÃO BÁSICA

EDITAL Nº 25/2026

CÓD: OP-255ST-26
7901204403907

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos 9
2. Gêneros e tipos de textos 10
3. Variação linguística: diversidade de usos da língua 11
4. Discursos direto, indireto e indireto livre 12
5. Coerência e coesão textuais 15
6. Estratégias argumentativas 16
7. Processos de formação de palavras 17
8. Classes de palavras: identificação, flexão e emprego de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções; Uso dos pronomes relativos; Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos 19
9. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes 26
10. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos 28
11. Concordância verbal e nominal 33
12. Regência verbal e nominal 35
13. Emprego do sinal indicativo da crase 36
14. Usos da pontuação 37
15. Ortografia oficial 38
16. Acentuação gráfica 38

Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; números decimais; valor absoluto; propriedades no conjunto dos números naturais; decomposição de um número natural em fatores primos; múltiplos e divisores; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum 51
2. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta 59
3. Porcentagem 62
4. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, capacidade e massa 64
5. Equações do 1º grau, sistemas de equações do 1º grau e função do 1º grau: resolução de problemas 66
6. Média aritmética simples e ponderada 71
7. Noções de lógica matemática: proposições simples e compostas; conectivos lógicos; tabelas-verdade; negação de proposições; equivalências e implicações lógicas; quantificadores 72
8. Argumentação lógica: premissas e conclusões; inferências; análise e validade de argumentos 77
9. Diagramas lógicos 81
10. Linguagem dos conjuntos: notação e representação; elementos e relação de pertinência; igualdade de conjuntos; relação de inclusão e subconjuntos; conjunto unitário, conjunto vazio, conjunto universo e conjunto das partes; conjuntos finitos e infinitos; operações com conjuntos - união, interseção, diferença e complementar 83
11. Sequências lógicas com números, letras, palavras e figuras 85
12. Problemas de associação lógica e de verdades e mentiras 89
13. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações 92
14. Probabilidade: conceitos básicos e cálculo de probabilidades em espaços amostrais finitos 95
15. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico e sequencial 98

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo ocorridos nos últimos 05 (cinco) anos, divulgados na mídia nacional e internacional; Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Humanidades: movimentos artísticos, culturais e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Questões da realidade, econômica, cultural, história, geográfica e socioambiental do Município, do Estado, do Brasil e do mundo 103
2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Município, do Estado, do Brasil e do mundo 103
3. Noções de cidadania: Símbolos nacionais, estaduais e municipais 107
4. Notícias em Geral: Site da Prefeitura de Porto Velho/RO 111

Conhecimentos Específicos
Enfermeiro - Área Rural

1. Legislação profissional: Constituição Federal 1988, Título VIII - artigos de 194 a 200 119
2. Lei Orgânica da Saúde Lei Federal n º 8.080/1990 120
3. Lei Federal nº 8.142/1990 120
4. Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011 120
5. Política Nacional de Humanização (PNH) 124
6. Código de Ética 128
7. Lei do exercício profissional 136
8. Sistema Único de Saúde (SUS): evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes, estrutura, organização e arcabouço legal 144
9. Cenário epidemiológico do Brasil: transição demográfica e epidemiológica das DCNT e Agravos da Saúde 145
10. Ciência e tecnologia em saúde 148
11. Estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com os serviços de saúde 152
12. Níveis progressivos de assistência à saúde 156
13. Políticas públicas do SUS para gestão de recursos físicos, financeiros, materiais e humanos 159
14. Sistema de planejamento do SUS: Planejamento estratégico e normativo. Direitos dos usuários do SUS. Participação e controle social. Ações e programas do SUS 162
15. Estudos e avaliação de indicadores de saúde: sistemas nacionais de informação para doenças transmissíveis e não transmissíveis 166
16. Vigilância em saúde 169
17. Legislações Federais de Saúde Pública: Lei Federal nº 8.080/1990 169
18. Portaria Federal nº 2.436/2017 169
19. Lei Federal nº 8.142/1990 192
20. Cuidados de Enfermagem: Teorias de Enfermagem 192
21. Cuidados com feridas 194
22. Assistência de Enfermagem à saúde da criança, da mulher 199

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

23. Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Doenças Infecto Parasitárias 220
24. Sinais vitais 223
25. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem 236
26. Preparo, administração e cálculos de medicamentos 238
27. Vacinação e calendário vacinal 244
28. Cuidados com feridas, suturas 256
29. Primeiros socorros 256
30. Dados vitais 274
31. Oxigenoterapia 274
32. Sondagem gástrica, vesical 280
33. Lavagem intestinal, gástrica 284
34. Aplicações quentes e frias 289
35. Massagens 290
36. Observações de sinais e sintomas 291
37. Cuidados com o recém-nascido e prematuro, patologias do recém-nascido, noções de crescimento e desenvolvimento. assistência à criança desidratada e à criança desnutrida, parasitoses, doenças transmissíveis comuns na infância 294
38. Assistência de enfermagem nas FVAS e nas IRAS. Biossegurança 294
39. Terapia de reintegração oral 304
40. Cuidados com o adulto, patologias crónicas, hipertensão arterial sistémica, diabetes, noções sobre oncologia, assistência à saúde do trabalhador (principalmente doenças profissionais) 307
41. Segurança do Paciente 309
42. Guia de Vigilância Epidemiológica - Covid-19 315

Conteúdo Digital
Legislação Saúde

1. Legislação E Saúde Pública: Constituição Da República Federativa Do Brasil, Com As Emendas Constitucionais: Arts. 196 A 200 4
2. Sistema Único De Saúde (Sus): História Do Sistema De Saúde No Brasil 6
3. Reforma Sanitária Brasileira; Concepção, Princípios, Diretrizes E Organização Do Sus 7
4. Lei Orgânica Da Saúde; Participação E Controle Social; Modelos De Atenção À Saúde; Regionalização E Descentralização; Redes De Atenção À Saúde; Atenção À Saúde No Sus; Legislação Federal De Saúde Pública: Lei Federal Nº 8.080/1990 E Alterações 8
5. Lei Federal Nº 8.142/1990 E Alterações. Legislação E Normas Vigentes Relacionadas À Organização, Ao Funcionamento, Ao Financiamento, À Participação E Ao Controle Social Do Sus 19
6. Atenção Primária À Saúde (Aps): Conceitos, Princípios E Atributos 20
7. Atenção Básica: Política Nacional De Atenção Básica (Pnab); Estratégia Saúde Da Família; Equipes E Organização Da Atenção Primária À Saúde; Territorialização 22
8. Cadastramento E Adscrição Da População 27
9. Ações De Promoção, Prevenção, Proteção E Recuperação Da Saúde; Coordenação Do Cuidado E Ordenação Das Redes De Atenção À Saúde 28
10. Vigilância Em Saúde: Conceitos, Princípios E Evolução Da Vigilância Em Saúde; Organização E Atuação Da Vigilância Em Saúde Nas Três Esferas De Gestão Do Sus; Componentes E Elementos Da Vigilância Em Saúde; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária; Vigilância Em Saúde Ambiental; Vigilância Em Saúde Do Trabalhador; Vigilância De Doenças, Agravos E Eventos De Saúde Pública; Vigilância Epidemiológica E Investigação De Surtos 29

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

11. Notificação Compulsória; Investigação Epidemiológica; Monitoramento E Resposta A Surtos E Epidemias 30
12. Sistemas De Informação Utilizados Na Vigilância Em Saúde..... 34
13. Vigilância Epidemiológica: Conceitos, Objetivos E Atribuições; Vigilância Epidemiológica Das Doenças Transmissíveis; Vigilância Epidemiológica Das Doenças E Agravos Não Transmissíveis; Investigação De Casos E Surtos; Medidas De Prevenção E Controle..... 39
14. Imunização E Vigilância Das Coberturas Vacinais 41
15. Vigilância Sanitária: Conceitos, Objetivos E Atribuições; Ações De Prevenção E Controle De Riscos À Saúde; Fiscalização, Inspeção E Monitoramento Sanitário 43
16. Vigilância Em Saúde Ambiental: Conceitos E Campos De Atuação; Vigilância De Fatores Ambientais Relacionados À Saúde; Qualidade Da Água Para Consumo Humano; Vigilância De Populações Expostas A Contaminantes Ambientais; Doenças E Agravos Relacionados A Fatores Ambientais..... 46
17. Vigilância Em Saúde Do Trabalhador: Conceitos, Princípios E Atribuições; Promoção E Proteção Da Saúde Dos Trabalhadores: Investigação E Notificação Dos Agravos Relacionados Ao Trabalho; Prevenção E Controle Dos Riscos E Doenças Relacionados Aos Processos E Ambientes De Trabalho..... 50
18. Epidemiologia: Conceitos Básicos, Objetivos E Aplicações 51
19. História Natural Das Doenças E Níveis De Prevenção 56
20. Notificação Compulsória De Doenças, Agravos E Eventos De Saúde Pública; Medidas De Frequência E Ocorrência De Doenças E Agravos..... 60
21. Indicadores De Saúde: Incidência, Prevalência, Mortalidade E Letalidade..... 62
22. Tipos De Estudos Epidemiológicos..... 65
23. Avaliação De Serviços E Programas De Saúde..... 67

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

- **Definição Geral**

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

- **Compreensão de Textos**

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

- **Interpretação de Textos**

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GÊNEROS E TIPOS DE TEXTOS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

- **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

- **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

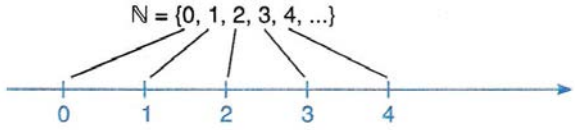
CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO; NÚMEROS DECIMAIS; VALOR ABSOLUTO; PROPRIEDADES NO CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS; DECOMPOSIÇÃO DE UM NÚMERO NATURAL EM FATORES PRIMOS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS - N[1]

O conjunto dos números naturais, representado por N, é formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, também conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja considerado um número natural no sentido de representar objetos contáveis da natureza, ele é incluído neste conjunto devido às suas propriedades algébricas semelhantes às dos números naturais.

Portanto, consideraremos que a sequência de números naturais começa com o zero, e podemos representar este conjunto da seguinte forma: N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

As reticências (três pontos) sinalizam que este conjunto é infinito, ou seja, não possui um fim. O conjunto N é composto por uma infinidade de números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

ℕ* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, ...}

Subconjuntos notáveis em ℕ:

1 – Números Naturais não nulos

ℕ* = {1, 2, 3, 4, ..., n, ...}; ℕ* = ℕ – {0}

2 – Números Naturais pares

$\mathbb{N}_p$ = {0, 2, 4, 6, ..., 2n, ...}, com n ∈ ℕ

3 – Números Naturais ímpares

$\mathbb{N}_i$ = {1, 3, 5, 7, ..., 2n + 1, ...}, com n ∈ ℕ

4 – Números primos

P = {2, 3, 5, 7, 11, 13, ...}

A construção dos Números Naturais

Cada número natural, incluindo o zero, possui um sucessor, que é o número seguinte na sequência dos números naturais. Exemplos: Seja m um número natural.

a) O sucessor de m é m+1.

b) O sucessor de 1 é 2.

c) O sucessor de 4 é 5.

- Quando um número natural é o sucessor do outro, esses dois números são chamados de números consecutivos.

Exemplos:

a) 5 e 6 são números consecutivos.

b) 9 e 10 são números consecutivos.

c) 90 e 91 são números consecutivos.

- Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.
- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

O conjunto é denominado conjunto dos números naturais pares. Embora, em algumas situações, também possamos utilizar a expressão "sequência dos números naturais pares" para representá-lo: P = {0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, ...}.

O conjunto a seguir é chamado de conjunto dos números naturais ímpares, também conhecido como a sequência dos números ímpares: I = {1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, ...}.

Operações com Números Naturais

- **Adição de Números Naturais:** a primeira operação fundamental da Aritmética tem por finalidade reunir em um só número, todas as unidades de dois ou mais números.

  Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 soma ou total*

- **Subtração de Números Naturais:** é usada quando precisamos tirar uma quantia de outra, é a operação inversa da adição. A operação de subtração só é válida nos naturais quando subtraímos o menor número do maior, ou seja quando a-b tal que a ≥ b.

  Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 07 a diferença.*

1 Referências Bibliográficas:

CABRAL, Luiz Claudio; NUNES, Mauro César – Matemática básica explicada passo a passo – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

- **Multiplicação de Números Naturais:** é a operação que tem por finalidade adicionar o primeiro número denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número denominadas multiplicador.
  Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 2 vezes 5 é somar o número 2 cinco vezes: 2 x 5 = 2 + 2 + 2 + 2 + 2 = 10. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes necessitamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número que é o maior é denominado dividendo e o outro número que é menor é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente obteremos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural e na ocorrência disto a divisão não é exata.

$$\begin{array}{c|c} a & b \\ \hline r & q \end{array} \Leftrightarrow \left[\begin{array}{l} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{array}\right.$$

Relações essenciais numa divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.
  45 : 9 = 5

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.
  45 = 5 x 9

Atenção: a divisão de um número natural n por zero não é viável, pois, se considerássemos que o quociente fosse q, teríamos a seguinte igualdade: n ÷ 0 = q, o que implicaria em n = 0 x q = 0, o que não é válido. Portanto, a divisão de n por 0 é considerada inviável ou impossível.

Propriedades das operações matemáticas em números naturais: para quaisquer números naturais a, b e c:

- **Associatividade da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **Comutatividade da adição:** a + b = b + a
- **Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **Associatividade da multiplicação:** (a * b) * c = a * (b * c)
- **Comutatividade da multiplicação:** a * b = b * a
- **Elemento neutro da multiplicação:** a * 1 = a
- **Distributividade da multiplicação em relação à adição:** a * (b + c) = a * b + a * c
- **Distributividade da multiplicação em relação à subtração:** a * (b - c) = a * b - a * c
- **Fechamento:** Tanto a adição como a multiplicação de números naturais resultam em números naturais.

Problemas com as quatro operações

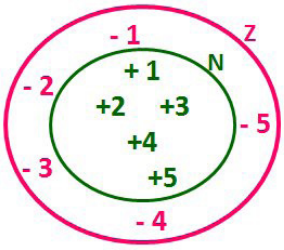
Os cálculos para resolver problemas desse tipo incluem adições e subtrações, seguidas de multiplicações e divisões. Depois, os problemas são resolvidos utilizando princípios algébricos, ou seja, formulamos equações matemáticas com variáveis desconhecidas (representadas por letras). Aqui estão algumas situações que podem ser descritas e resolvidas usando a álgebra.

Atenção: É bom ter em mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x:	**2x**
O triplo de um número:	**3x**
O dobro de um número adicionado de 4:	**2x + 4**
Um número adicionado de seu triplo:	**x + 3x**
O quíntuplo de a subtraído do sêxtuplo de y:	**5a - 6y**

Conjunto dos números inteiros - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais N = {0, 1, 2, 3, 4,..., n,...}, (N ⊂ Z); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



N Z (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z*+	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z*_	Conjunto dos números inteiros negativos

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

CULTURA GERAL: FATOS POLÍTICOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, DIVULGADOS NA MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL; ATUALIDADES NOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM ECONOMIA, ECOLOGIA, HISTÓRIA, POLÍTICA, MEIO AMBIENTE, JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, CULTURA, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO, QUALIDADE DE VIDA, ESPORTES, TURISMO, GEORREFERENCIAMENTO, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; HUMANIDADES: MOVIMENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; QUESTÕES DA REALIDADE, ECONÔMICA, CULTURAL, HISTÓRIA, GEOGRÁFICA E SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, FÍSICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ESTATÍSTICOS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

Aspectos geográficos e físicos do Município, do Estado, do Brasil e do mundo

- **A base física de Porto Velho e de Rondônia**

A capital de Rondônia situa-se às margens do rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, e essa condição ribeirinha molda praticamente todos os traços físicos e econômicos do município. O relevo predominante na região é de planície e planalto rebaixado, com altitudes modestas e grande presença de áreas de várzea sujeitas a inundações sazonais.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

O regime pluviométrico é marcado por uma estação chuvosa concentrada entre os meses finais do ano e o início do ano seguinte, alternada com um período mais seco, característica típica do clima equatorial e tropical úmido que recobre toda a Amazônia Ocidental. A vegetação original é a floresta ombrófila densa, com formações de floresta aberta e, em alguns trechos, campos naturais e áreas de transição, o que confere ao território uma biodiversidade elevada e, ao mesmo tempo, grande sensibilidade ambiental a processos de desmatamento e alteração do uso do solo.

Hidrografia e a importância do rio Madeira

O rio Madeira constitui o eixo estruturante da geografia física local. Formado pela confluência de grandes rios que nascem na Bolívia e no Peru, ele percorre uma extensa planície antes de desaguar no Amazonas, e seu curso apresenta trechos de corredeiras que historicamente limitaram a navegação contínua entre o interior e o restante da bacia amazônica. Essa particularidade física foi determinante tanto para a ocupação humana da região quanto para empreendimentos de infraestrutura voltados ao aproveitamento do potencial hídrico do rio, hoje utilizado também para geração de energia elétrica. A dinâmica fluvial do Madeira, com variações expressivas de vazão entre os períodos de cheia e de vazante, segue influenciando a vida cotidiana da população ribeirinha e a logística de transporte de pessoas e mercadorias.

Clima equatorial e paisagem florestal

O clima quente e úmido, com índices pluviométricos elevados e amplitude térmica reduzida ao longo do ano, favorece a manutenção da cobertura florestal onde ela ainda se preserva, mas também impõe desafios específicos de drenagem urbana e de conservação de estradas e edificações. A paisagem florestal amazônica que envolve Porto Velho não é homogênea: alterna áreas de mata primária, trechos já convertidos em pastagens e lavouras, e unidades de conservação ambiental que buscam resguardar remanescentes significativos de biodiversidade. Essa combinação de floresta, rio e clima úmido define o que se costuma chamar de paisagem amazônica típica, compartilhada, com variações locais, por todo o estado de Rondônia.

- **A inserção geográfica do Brasil no continente e no mundo**

O Brasil ocupa a porção centro-oriental da América do Sul, com litoral voltado para o oceano Atlântico e fronteiras terrestres com praticamente todos os demais países sul-americanos, exceto Chile e Equador. Essa posição confere ao país papel de destaque na integração regional, seja pelas bacias hidrográficas compartilhadas, seja pelos corredores de infraestrutura que conectam o interior do continente ao litoral atlântico. Em termos de extensão territorial, o Brasil figura entre os maiores países do mundo, com dimensões continentais que resultam em grande diversidade de climas, relevos, biomas e fusos horários internos, embora o país adote, para fins administrativos, um número reduzido de horários oficiais em relação à sua extensão longitudinal.

Divisão regional brasileira e a posição da Região Norte

A divisão oficial do território brasileiro em cinco grandes regiões, entre elas a Região Norte, à qual pertence Rondônia, busca agrupar unidades federativas com certa similaridade física, histórica e socioeconômica, ainda que o critério não seja absoluto e varie conforme a finalidade do agrupamento. A Região Norte concentra a maior parte da floresta amazônica brasileira e apresenta a menor densidade demográfica entre as regiões do país, combinada a uma rede urbana historicamente concentrada ao longo dos grandes rios. Essa configuração geográfica explica por que, até décadas recentes, a integração rodoviária entre os estados do Norte e o restante do Brasil permaneceu incompleta, com a navegação fluvial desempenhando papel estruturante no deslocamento de pessoas e cargas.

O Brasil no contexto geográfico mundial

No cenário mundial, o Brasil integra o conjunto de países de dimensão continental, ao lado de nações como Rússia, Canadá, China, Estados Unidos e Austrália, o que lhe confere relevância geopolítica associada à disponibilidade de recursos naturais, à extensão de fronteiras e ao potencial de produção agropecuária e mineral. A posição predominantemente tropical e subtropical do território, somada à presença da maior extensão de floresta tropical úmida contínua do planeta, insere o país em discussões internacionais sobre clima, biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, temas que repercutem diretamente sobre regiões como a própria Amazônia Ocidental, onde se localizam Rondônia e sua capital.

Nível geográfico	Elemento físico de destaque	Relação com os demais níveis
Município (Porto Velho)	Rio Madeira e planície amazônica	Parte da bacia do Madeira, afluente do Amazonas
Estado (Rondônia)	Floresta ombrófila densa e relevo de planalto rebaixado	Integra a Amazônia Ocidental brasileira
Brasil	Bacia Amazônica e litoral atlântico	Compartilha a Amazônia com países vizinhos
Mundo	Países de dimensão continental	O Brasil figura entre as maiores extensões territoriais do planeta

A tabela apresentada acima evidencia como um mesmo elemento físico, a bacia hidrográfica amazônica, articula escalas geográficas distintas: o curso local do rio Madeira é parte de um sistema fluvial que conecta o município à totalidade da bacia amazônica e, por extensão, a um debate ambiental de alcance internacional. Compreender a geografia física de Porto Velho, portanto, exige observar simultaneamente a escala local da paisagem ribeirinha e a escala continental da floresta amazônica, sem que uma anule a relevância da outra.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL: CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988, TÍTULO VIII - ARTIGOS DE 194 A 200

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - eqüidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023) (Vide Lei Complementar nº 214, de 2026)

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. (Vide Medida Provisória nº 526, de 2011) (Vide Lei nº 12.453, de 2011) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, “b”.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

§ 13. (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 15. A contribuição prevista no inciso V do caput poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 16. Aplica-se à contribuição prevista no inciso V do caput o disposto no art. 156-A, § 1º, I a VI, VIII, X a XIII, § 3º, § 5º, II a VI e IX, e §§ 6º a 11 e 13. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 17. A contribuição prevista no inciso V do caput não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, 156-A e 195, I, "b", e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 18. Lei estabelecerá as hipóteses de devolução da contribuição prevista no inciso V do caput a pessoas físicas, inclusive em relação a limites e beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 19. A devolução de que trata o § 18 não será computada na receita corrente líquida da União para os fins do disposto nos arts. 100, § 15, 166, §§ 9º, 12 e 17, e 198, § 2º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Artigos 196 a 200

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Legislação Saúde

Bons estudos!

LEI ORGÂNICA DA SAÚDE LEI FEDERAL N º 8.080/1990

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Legislação Saúde

Bons estudos!

LEI FEDERAL Nº 8.142/1990

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Legislação Saúde

Bons estudos!

DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011

DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011.

Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.080, 19 de setembro de 1990,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

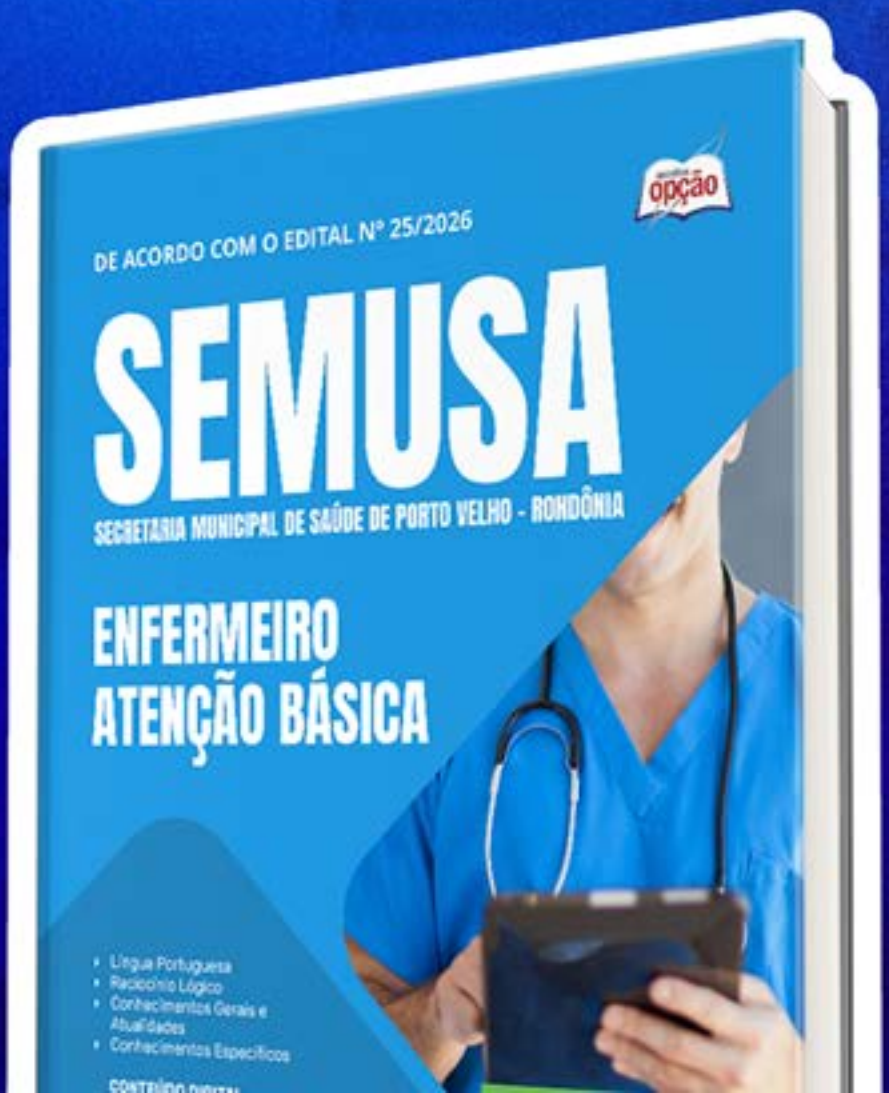
Art. 2º Para efeito deste Decreto, considera-se:

I - Região de Saúde - espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde;

II - Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde - acordo de colaboração firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada, com definição de responsabilidades, indicadores e metas de saúde, critérios de avaliação de

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!